



Apropriação da categoria Ambiente, proposta por Hatch e Cunliffe, na análise organizacional: um ensaio teórico sob a perspectiva crítica de Guerreiro Ramos

Appropriation of the Environment category, proposed by Hatch and Cunliffe, in organizational analysis: a theoretical essay from the critical perspective of Guerreiro Ramos.

Apropiación de la categoría de Medio Ambiente, propuesta por Hatch y Cunliffe, en el análisis organizacional: un ensayo teórico desde la perspectiva crítica de Guerreiro Ramos.

Mayara Andresa Pires da Silva^a

^a Universidade de Pernambuco (UPE)

Palavras-chave

Análise organizacional, ambiente organizacional, crítica, Guerreiro Ramos.

Keywords

Organizational analysis, organizational environment, critical, Guerreiro Ramos.

Resumo

Este ensaio tem como propósito realizar uma interpretação crítica da apropriação das categorias de análise organizacional propostas por Hatch e Cunliffe. As autoras utilizam, em sua obra, seis conceitos centrais para a análise, entretanto, para este estudo faz-se um recorte à categoria do ambiente organizacional, buscando aprofundamento da discussão crítica neste conceito central, sob a perspectiva do sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos, sobretudo no que se refere à teoria da Redução Sociológica. Por fim, conclui-se que, ao invés de exibir conhecimentos de conceitos e técnicas importadas, é necessária assimilação crítica da cultura e produção estrangeira, o que se possibilita através da redução sociológica.

Abstract

This essay aims to carry out a critical interpretation of the appropriation of the categories of organizational analysis proposed by Hatch and Cunliffe. As authors use, in their work, six central concepts for an analysis, however, for this study an outline is made to the category of the organizational environment, seeking to deepen the critical discussion in this central concept, from the perspective of the Brazilian sociologist Guerreiro Ramos, mainly with regard to the theory of Sociological Reduction. Finally, it is concluded that, when adding knowledge of imported concepts and techniques, it is necessary to critically assimilate foreign culture and production, which is made possible through sociological reduction.

Informações do artigo

Recebido: 10 de novembro de 2025

Aprovado: 12 de novembro de 2025

Publicado: 15 de novembro de 2025

1. INTRODUÇÃO

As autoras americanas Mary Jo Hatch e Ann L. Cunliffe publicaram juntas em 1997, o livro intitulado *Organization Theory: modern, symbolic and postmodern perspectives*. Nesta obra, que ganhou no ano de 2013 sua terceira edição (versão usada neste trabalho), as teorias organizacionais são exploradas, sob três perspectivas de análise: moderna, simbólica e pós-moderna. Para as autoras, a teoria da organização baseia-se nas ciências, humanidades e artes, e assim promete o desafio intelectual do pensamento interdisciplinar aplicada em toda a gama do conhecimento humano (Hatch & Cunliffe, 2013).

Da obra, depreende-se que teóricos modernos dedicam uma grande parte do seu tempo e energia para desenvolver, testar e aplicar métodos matemáticos para confirmar inferências causais com base na análise quantitativa dos dados; já a perspectiva simbólica atua fora dos limites impostos pelas formas de conhecimento favorecido pelos modernistas para estudar fenômenos incorporados na subjetividade, tomando um grande interesse na experiência subjetiva e interpretação dos processos, produz conhecimento; e por último, ao invés de procurar qualquer explicação ou entendimento, a perspectiva pós-moderna oferece crítica e outras formas de valorização, interessa-se principalmente por modernas práticas de gestão, métodos que envolvem reformulação dos conceitos e teorias do modernismo, adotando uma postura crítica ou estética em direção a eles. Nesse contexto, os pós-modernistas oferecem a apreciação, tanto como uma alternativa à explicação e provocam a reflexividade e uma maior consciência das implicações éticas e morais de gerenciar, organizar e teorizar a partir de qualquer perspectiva (Hatch & Cunliffe, 2013).

Além de suas contribuições para a explicação, compreensão, apreço e prática orientação, as diferenças entre as perspectivas podem ser expressas em termos ontológicos e epistemológicos. A perspectiva moderna é inerentemente de base ontológica objetivista e epistemológica positivista, ao contrário da simbólica de base ontológica fortemente subjetivista e epistemológica interpretativista, e da pós-moderna que acredita, fortemente, que a linguagem constitui a realidade; ou seja, o que é falado é real (Hatch & Cunliffe, 2013).

Além de propor estas três perspectivas de análise da teoria organizacional, as autoras utilizam, para construção do texto, seis categorias, ou como elas denominam conceitos fundamentais com os quais os teóricos organizacionais contam para construir suas teorias. São elas: estrutura social, tecnologia, cultura, estrutura física, poder e controle e ambiente. Estes conceitos centrais são abordados a partir das perspectivas mencionadas: moderna, simbólica e pós-moderna.

Objetivou-se então, neste trabalho, analisar como a apropriação destas categorias se faz adequada ou não à análise organizacional em diferentes contextos. Entretanto, devido ao grande volume de categorias e teorias, para este estudo faremos um recorte à categoria do ambiente organizacional, buscando aprofundamento da discussão crítica neste conceito central, sob a metodologia defendida por Guerreiro Ramos ao teorizar sobre a Redução Sociológica.

2. A CATEGORIA AMBIENTE SOB UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Em suas obras, em especial no livro *A nova ciência da organização: uma reconceitualização da riqueza das nações*, Guerreiro Ramos problematiza a questão sobre o campo da administração. Segundo o autor há a preocupação em entender, sob uma perspectiva crítica, o que é o objeto de pesquisa da administração, mas não o que é administração em si. Ou seja, a questão é sobre o que é a pesquisa em Administração, mas não como ela surge enquanto campo prático do conhecimento sobre coordenação e cooperação do trabalho, em quais condições econômicas, históricas e sociais esse conhecimento surge e o que decorre destas complexas relações



entre as classes sociais no capitalismo (Queiroz, 2015, p. 265).

A teoria organizacional em voga não consegue proporcionar uma compreensão exata da complexidade da análise e desenho dos sistemas sociais e essa falha resulta, em grande parte, de seus alicerces psicológicos. (...) A maior parte daquilo que é usualmente denominado teoria da organização é desprovida de rigor científico e é, antes, tautologia disfarçada ou, quando muito, disfarçado pensamento organizacional, pensamento que aceita, por seu valor aparente, os critérios inerentes à organização, e é, ele mesmo, subproduto do próprio processo organizacional. (...) Em contraposição, uma teoria da organização verdadeira e científica tem seus próprios critérios, isto é, critérios que não são, necessariamente, idênticos aos da eficiência social e organizacional. Uma teoria científica da organização não se baseia em sistemas cognitivos inerentes a qualquer tipo de organização existente, mas antes faz a avaliação das organizações em termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais (Ramos, 1989, p. 50).

Em A redução Sociológica de 1958, Guerreiro Ramos discute a apropriação de teorias e conceitos, elaborados nos países de capitalismo central, pelos teóricos brasileiros. Discutindo regras metodológicas, a pretensão do sociólogo é de propor um método sociológico nacional. Afirma que, ao assumir a compreensão da sua própria situação, eleva-se à condição histórica, à "consciência da liberdade", isto é, menor dependência das tradições. A personalidade histórica de um povo se constitui quando, graças a estímulos concretos, é levado à percepção dos fatores que o determinam, o que equivale à aquisição da consciência crítica. A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito (Ramos, 1965). Sobre a consciência crítica o autor afirma que:

Comparada à consciência ingênua, a consciência crítica é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. Sem consciência crítica, o ser humano ou grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer. A consciência crítica instaura a aptidão autodeterminativa que distingue a pessoa da coisa (Ramos, 1965, p. 61).

A grande conclusão a que Guerreiro Ramos chega é a de que a experiência histórica e social do Brasil se torna apagada quando os autores nacionais se valem das teorias "universais" da ciência para utilizá-las ao nosso contexto de morro irrefletido, ou "ingênuo". A proposta do autor é principalmente a utilização dos problemas fenomenológicos da condição periférica em busca de autonomização do pensamento social e político nacional, sendo, então, menos dirigida e orientada pelos trâmites do pensamento científico da Europa e dos Estados Unidos e o pensamento imitativo daí decorrente, criando suas próprias bases metodológicas livres do pensamento ingênuo característico das sociedades semicoloniais (Queiroz, 2015). A proposição de Guerreiro Ramos não era, portanto, abandonar as teorias externas já desenvolvidas, mas realizar uma seleção dos conceitos compatíveis com a realidade social brasileira.

A redução sociológica, defendida por Guerreiro Ramos (1965) é: atitude metódica, contrária à atitude espontânea e natural, maneira de ver que obedece a regras e se esforça por depurar os objetos de elementos que dificultam a percepção real do seu significado; perspectivista na medida em que se transferidos os objetos de estudo para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram, pois não há possibilidade de

repetições na realidade social; procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional; atitude altamente elaborada, pois exige estudo sistemático e intenso para, baseada no esforço de reflexão, justificar as razões nas quais se fundamenta cada caso (Ramos, 1965).

Além disso, a redução sociológica não admite a existência da realidade social de objetos sem pressupostos. Os fatos da realidade social fazem parte necessariamente de conexões de sentido e estão referidos, uns aos outros, por um vínculo de significação; postula a noção de mundo e admite que consciência e objetos, estão reciprocamente relacionados, pois toda consciência é intencional e se refere a objetos. O mundo que conhecemos e agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita trama de referências; seus suportes são coletivos e não individuais, pois para que alguém aprende e pratique a redução sociológica, precisa viver numa sociedade cuja autoconsciência assuma as proporções de processo coletivo, fundamenta-se em uma espécie de lógica material, imanente à sociedade (Ramos, 1965), conforme o autor aponta: "a redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos de uma perspectiva para outra. O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular" (Ramos, 1996, p.42).

As ciências sociais sofrem com a apropriação de conceitos de outras teorias, reduzindo, portanto, seu verdadeiro significado e podendo causar distúrbios em sua interpretação. Misoczky (2003), sob a perspectiva do uso de metáforas, afirma que isto ocorre pois "na defesa da realização do "corte epistemológico" pelas ciências sociais, os autores afirmam a importância da utilização social dos esquemas de interpretação do social, aceitando a utilização eventual de esquemas analógicos a partir da física moderna, com a condição de utilizá-los de forma consciente e metódica". Adiante, traz a reflexão sobre as transposições entre campos de conhecimento e sobre a perda do aguilhão crítico do 'não é', citando Canguilhem (1999, p. 169) que alerta para a necessidade de se manter em mente que "para o organismo, a organização é um fato; enquanto para a sociedade é uma questão".

Visto as teorias de ambiente presente nos estudos organizacionais e suas origens, podemos retornar a Guerreiro Ramos com a Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência. Para Ramos:

Esta lei pode ser formulada do seguinte modo: a redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais. A redução sociológica não implica, de modo algum, negar a universalidade da ciência. Seu propósito é apenas, levar o cientista a submeter-se à exigência de referir o trabalho científico à comunidade em que vive. [...] O estado geral da ciência influi necessariamente no cientista de determinado país, como a elaboração nova de um especialista de determinada nação inevitavelmente terá repercussões universais. Em ciência, não há lugar para jacobinismo, ninguém pode realizar progressos senão a partir do que foi conquistado pelo esforço universal dos cientistas (Ramos, 1996, p. 123-124).

Souza (2003, p. 25 apud Misoczky, 2003, p. 13) afirma que essa abordagem "útil e promissora" corre o risco de se empobrecer, de regredir no reconhecimento da singularidade dos fenômenos sociais e das forças que determinam sua dinâmica, ao adotar conceitos inspirados nas teorias de sistemas e da complexidade.

Os principais problemas de ordem metodológica nas pesquisas empíricas conduzidas até agora sobre as relações organização-ambiente repousam nas dificuldades quanto à identificação das unidades relevantes de estudo, nos ambientes organizacionais e na mensuração de seus atributos variáveis, de modo tão direto quanto possível. Muitos estudos falham na colocação das fronteiras sobre os ambientes submetidos a estudo, na identificação das unidades de estudo desses ambientes e na operacionalização dos atributos variáveis das unidades-ambientes sob apreciação (Chiavenato, 1979).



As propriedades das populações de mais interesse aos ecólogos populacionais. A principal preocupação a esse respeito foi expressa claramente por Elton (1927): "Ao resolver problemas ecológicos, estamos interessados no que os animais fazem como um todo, enquanto animais vivos, não como animais mortos ou como partes de animais. Temos que estudar as circunstâncias sob as quais eles fazem aquelas coisas, e, o mais importante, os fatores limitantes que os impedem de fazer certas outras. Ao resolver essas questões, é possível descobrir as razões da 'distribuição e dos números dos animais na natureza'". Hutchinson (1959), no subtítulo de seu famoso ensaio *Homage to Santa Rosalia*, expressou o ponto principal ainda de modo mais sucinto: "Por que existem tantos tipos de animais?" Levando em conta as indicações desses distintos ecólogos, sugerimos que uma ecologia populacional das organizações deveria procurar compreender as distribuições das organizações através das condições ambientais e as limitações das estruturas organizacionais nos diferentes ambientes, e procurar, de modo mais geral, responder a seguinte pergunta: por que existem tantos tipos de organizações? (Hannah & Freeman, 2005).

Ao se analisar as bases epistemológicas das teorias de ambiente, as quais foram apropriadas de teorias das ciências da natureza, percebe-se que conceitos das ciências naturais foram transpostos para compreender a vida em sociedade. Fato que elimina a possibilidade de considerar como julgamentos morais, intencionalidades, razão substantiva e interfere na construção da realidade.

A transposição entre campos de conhecimento se efetiva através do uso de metáforas e da capacidade de mobilizar emoções e memórias. A rápida movimentação de elementos-chave de outras disciplinas para a administração parece produzir reconfigurações em si mesmas. Um dos problemas está em que, ao chegar em outros campos, como é o caso da administração, realiza uma apropriação simplista desses elementos, tomando-os não mais como metáforas, mas como modelos, ignorando o problema da verdade metafórica (Misoczky, 2003).

[...] Por que razão deveríamos crer que as leis que regem os sistemas naturais servem para os sistemas sociais? Admitir que essa transposição de conceitos é possível e adequada não implica ver os sistemas sociais como casos específicos de sistemas naturais? Não implica admitir um status de naturalidade a qualquer tipo de organização social? Não implica dissimular a história, destituir o livre arbítrio, a vontade, a intencionalidade e a razão que habita o espírito humano (e não habita as células, os átomos, os planetas ou qualquer outra entidade componente de sistemas naturais)? Não implica [...] em uma opção política pela conservação, seja de qualquer ordem dada (mas uma conservação não baseada em valores, mas em uma inexorável naturalidade da ordem geral)? (Souza, 2003, p.26 apud Misoczky, 2003, p. 13).

Guerreiro Ramos (1989) afirma que o campo da teoria da organização tem sido tão indiscriminadamente receptivo a influência de diversas áreas de conhecimento que parece ter perdido a consciência de sua missão específica:

Embora um relacionamento cruzado entre as disciplinas seja, de modo geral, positivo e necessário à criatividade, é hora de uma séria avaliação da condição desse campo, para que ele não se transforme numa mera confusão de divagações abstratas, desprovidas de força e de direção. Toda disciplina deve ter um mínimo de intolerância em suas transações com as outras, ou perderá sua razão de ser. Ter

identidade e caráter é, num certo sentido, ser intolerante (Ramos, 1989, p. 69).

Além disso, "a avaliação das coisas não tem base permanente". Criados pelo homem, os valores não são "perpétuos, imutáveis, inequívocos (...) a natureza humana é fraca e inconstante, num estado de eterno fluxo, suspensa entre diferentes estados, inclinações, disposições, porque está em contínua transição... e sua verdadeira natureza não está na permanência, mas na mudança" (Hauser, 1965, p. 49 apud Ramos, 1989, p. 53).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ressalta-se que a colocação apropriada de conceitos pode proporcionar um meio fecundo de obtenção de insight e pode mesmo levar à formulação de uma lógica de descoberta (Ramos, 1989, p. 70).

No entanto, é necessário repensar os autores selecionados e buscar o entendimento entre um "relacionamento complexo, contraditório e que não pode ser colocado em esquemas interpretativos fixos característicos dos tipos ideais, pois a realidade material está em constante desenvolvimento e é a ela a quem a ciência deve responder" (Queiroz, 2015).

Foco deste ensaio, ao se propor a apropriação das categorias indicadas pelas autoras Hacth e Cunliffe, na análise organizacional deve considerar o que defendeu Guerreiro Ramos, ou seja, que não se deve utilizar a produção estrangeira sem se dar conta de seus pressupostos históricos. Ao invés de exibir conhecimentos de conceitos e técnicas importadas, é necessária assimilação crítica da cultura e produção estrangeira, o que se possibilita através da redução sociológica. Finalizando com as palavras do próprio autor: assim como a sociologia política, os estudos organizacionais precisam estar abertos a retificações, desdobramentos e incorporações (Ramos, 1995, p. 61).

REFERÊNCIAS

- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento** (F. S. Fernandes, Trad.). Editora Vozes.
- Bertalanffy, L. von. (1977). **Teoria geral dos sistemas** (F. M. Guimarães, Trad.; 3a ed.). Vozes.
- Carvalho, C. A., & Vieira, M. M. F. (2007). **O poder nas organizações**. Thomson.
- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F., & Goulart, S. (2005). A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, 39(4), 849–874. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122005000400007>
- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F., & Lopes, F. D. (1999). Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. **Anais do Encontro Anual da Anpad**, 23, Foz do Iguaçu.
- Chiavenato, I. (1979). Novas abordagens na teoria administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, 19(2), 27–42.
- Donaldson, L. (1998). **Teoria da contingência estrutural**. In S. Clegg, C. Hardy, & W. Nord (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais* (Vol. 1). Atlas.
- Fernandes, B. H. R., & Berton, L. (2004). **Administração estratégica da competência empreendedora**. Positivo.
- Filgueiras, F. de B. (2012). Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Caderno CRH**, 25(65), 347–363. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200009>
- Hannan, M. T., & Freeman, J. (2005). Ecologia populacional das organizações. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, 45(3), 1–21.



- Hatch, M. J. (2002). Explorando os espaços vazios: Jazz e estrutura organizacional. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, 42(3), 1–11.
- Hatch, M. J., & Cunliffe, A. L. (2013). **Organization theory: Modern, symbolic and postmodern perspectives** (3a ed.). Oxford University Press.
- Misoczky, M. C. (2003). Da abordagem dos sistemas abertos à complexidade: Algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social. **Cadernos EBAPE.BR**, 1(1), 1–15. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512003000100003>
- Motta, F. C. P., & Vasconcelos, I. F. G. (2006). **Teoria geral da administração**. Thomson.
- Pacheco, N. A. (1996). **Multidimensionalidade dos conceitos**. In Tempos de "sozinhos" em Pasárgada, estratégias identitárias de estudantes dos PALOP em Portugal (Vol. 1).
- Queiroz, H. A. de. (2015). Administração política e Guerreiro Ramos: Epistemologia e método. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, 2(2), 263–287.
- Ramos, A. G. (Guerreiro). (1965). **A redução sociológica** (3a ed.). Editora UFRJ.
- Ramos, A. G. (Guerreiro). (1989). **A nova ciência das organizações: Uma reconceituação da riqueza das nações** (M. Cardoso, Trad.; 2a ed.). Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Ramos, A. G. (Guerreiro). (1995). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Editora UFRJ.
- Ramos, A. G. (Guerreiro). (1996). **A redução sociológica** (3a ed.). Editora UFRJ.
- Santaella, L., & Vieira, J. A. (2008). **Metaciência como guia de pesquisa**. Mérito.
- Thomazine, J. da S., & Bispo, F. C. da S. (2014). Dependência de recursos e custos de transação: Uma análise sobre os motivos da terceirização. **Anais do XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**.
- Tragtenberg, M. (1992). **As harmonias administrativas de Saint-Simon a Elton Mayo**. In Burocracia e ideologia (2a ed., Cap. 2, pp. 58–89). Ática.
- Weber, M. (1999). **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva** (R. Barbosa & K. E. Barbosa, Trads.). Editora Universidade de Brasília.
- Weber, M. (1978). **Economy and society: An outline of interpretative sociology**. University of California Press. (Trabalho original publicado em 1922)
- Williamson, O. E. (1981). **The economics of organization: The transaction cost approach**. American Journal of Sociology, 87(3), 548–577. <https://doi.org/10.1086/227496>

